

Público

06-09-2014

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Justiça

Dimensão: 2902

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/2/3



# Prendas e dinheiro para políticos acabam em condenação histórica

Os três anos de julgamento de um dos mais mediáticos casos de corrupção em Portugal terminaram com penas de prisão pesadas e efectivas, uma medida invulgar da justiça portuguesa. Dos 36 arguidos, nem um saiu ilibado. Armando Vara e Paulo Penedos foram condenados a 5 anos de prisão **Destaque, 2 a 5 e Editorial**

## FACE OCULTA

# Prisão efectiva para Godinho, Vara e mais nove arguidos

Nem um dos 36 arguidos foi absolvido e 11 deles foram condenados a penas efectivas de prisão

Pedro Sales Dias

Os quase três anos que durou o julgamento de um dos mais mediáticos casos de corrupção em Portugal terminaram ontem com diversas penas de prisão pesadas numa medida invulgar nos últimos anos da Justiça Portuguesa. Dos 36 arguidos, nem um conseguiu sair do processo libado.

Manuel Godinho, o homem que ficou conhecido como o sucateiro de Ovar e cujo universo empresarial controlou durante seis anos, através de prendas e envelopes em dinheiro diversas empresas públicas, foi condenado com a pena mais grave. No total, 17 anos e seis meses de prisão efectiva por 49 crimes de associação criminosa, corrupção activa, tráfico de influências, burla qualificada,

perturbação pública e furto qualificado. Terá ainda de indemnizar, solidariamente com outros arguidos, em mais de 1,2 milhões de euros empresas como a REFER e a então designada Petrogal.

Os juízes deram razão a quase todos os argumentos e crimes elencados pelo Ministério Público. Godinho era, consideraram os magistrados, o centro de uma teia de corrupção que tinha como objectivo favorecer o universo empresarial que actuava a partir de Ovar. Uma das mais mencionadas empresas neste esquema era a O2 - Tratamento e limpezas Ambientais, mas Godinho geria ainda outras dez empresas de recolha e comércio de resíduos, transportes internacionais, comércio de produtos eléctricos e reparação naval.

O Tribunal de Aveiro considerou provado que esse universo empresarial se alimentava preferencial-

mente das relações de favor que foi construindo entre 2002 e 2009 com empresas como a REN, REFER, CP, Estradas de Portugal, EDP, LISNAVE, Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, Estaleiros de Viana do Castelo e Petróleos de Portugal.

Diz o extenso acórdão com 2781 páginas que Godinho urdiu um plano meticuloso para conseguir o favorecimento das suas empresas. Fê-lo entregando prendas e dinheiro a "titulares de cargos políticos" e a gestores que poderiam decidir a seu favor.

É o caso do ex-ministro socialista e o ex-administrador da Caixa Geral de Depósitos e do Millennium BCP Armando Vara. Foi condenado a cinco anos de prisão efectiva por três crimes de tráfico de influência. A sala de julgamento ficou em choque quando o juiz proferiu a decisão. Todos ficaram de olhos fitos no so-

cialista que não esperava tamanha pena e logo sugeriu estar a ser alvo de um julgamento política. "Estou em choque, confesso. A sentença não é sobre as acusações. A sentença tem muito a ver com a minha circunstância. Não apenas com isso [ter sido governante] mas com a minha circunstância", afirmou Armando Vara, visivelmente abatido, depois de ter ouvido a leitura do acórdão.

Encontrou-se várias vezes com Godinho de quem recebeu 25 mil euros, cifrados de "25 mil quilómetros" nas conversas que a Polícia Judiciária interceptou entre ele e o sucateiro de Ovar. A mesma quantia recebeu Lopes Barreira, empresário, consultor e membro fundador da Fundação para a Prevenção e Segurança Rodoviária. Foi condenado a três anos e nove meses com a condição de pagar 25 mil euros a uma instituição de solidariedade social.



**“ Isto é uma lição de vida que fica comigo e que não desejo a ninguém ”**

Namércio Cunha

Ex-colaborador de Manuel Godinho que colaborou com o Ministério Público

”





**Armando Vara após a leitura da sentença; Paulo Penedos e Manuel Godinho**



e até mais tarde denunciado na Justiça a situação. Lino, porém, ficou de fora do rol de arguidos do Face Oculta.

Naquela empresa, Godinho tinha também José Valentim. O funcionário que assegurava os interesses do sucateiro na REFER foi condenado a três anos e três meses de prisão suspensa com a condição de pagar cinco mil euros a uma instituição de solidariedade.

Já na REN, Godinho chegou ao presidente da empresa, José Penedos, através do seu filho, o advogado Paulo Penedos. Dizem os juízes que por Paulo Penedos passaram cerca de 1,2 milhões de euros, tendo apenas quase 500 mil ficado para benefício do advogado que sempre negou que o pai tenha favorecido o sucateiro nos negócios com a REN. Certo é que nos interrogatórios após as detenções da PJ, José Penedos, mostrou-se surpreendido com tudo. Paulo Penedos foi ontem condenado a quatro anos e seis meses de prisão por um único crime de tráfico de influências. Na sessão, o juiz-presidente teve a necessidade de explicar-se. “Foi um único crime mas que perdurou muito no tempo”, disse.

Ricardo Sá Fernandes, o seu advogado, admitiu também a surpresa. “Não estava à espera de uma pena efectiva de prisão, mas era uma das possibilidades que estavam em aberto. Encaro este resultado com respeito, mas com discordância”, disse Sá Fernandes, recusando fazer “juízos de valor” sobre as ligações políticas deste caso e mostrando-se convencido de que “esta decisão não é definitiva”. José Penedos foi condenado a cinco anos de prisão efectiva por corrupção e participação económica em negócio.

O universo empresarial de Godinho acabou por implodir pela acção do seu até então leal funcionário. Narmércio Cunha, contabilista, colaborou com a investigação fornecendo inúmeras informações. Ficou conhecido como o “arrependido” e não é por isso de estranhar que a sua pena seja apenas de 18 meses de prisão e suspensa sem qualquer condição. O próprio juiz o destacou. Era ele que elaborava as listas de homens do poder a influenciar através de prendas preparando até dossiers sobre como o fazer. “Eu só tenho a agradecer a toda a minha família, a todos os meus amigos próximos que desde a primeira hora estiveram comigo. Eu gostava de não ter estado cá. Isto é uma lição de vida que fica comigo e não desejo a ninguém”.

Ambos aceitaram influenciar o então ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, para que fosse superado um diferendo como a REFER. Os negócios entre a REFER e a O2 estavam inquinados. Dúvidas sobre a sobre-facturação nos serviços prestados levavam ao iminente corte das relações comerciais. Godinho pretendia que o presidente do conselho de administração da REFER fosse afastado e prometeu até aumentar os donativos em dinheiro feitos ao Partido Socialista.

Lino questionou a então secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino sobre o assunto sublinhando que pessoas “importantes do PS” estavam preocupados com o que se passava na REFER. Esse plano, porém, não funcionou. Muito porque Ana Paula Vitorino foi o grande obstáculo não colaborando

**QUE ELES DIZEM**

**Estou em choque, confesso. A sentença tem muito a ver com a minha circunstância. Não apenas com isso [ter sido governante] mas com a minha circunstância**

**Armando Vara**  
Gestor e ex-governante

**Não há uma única absolvição neste processo. Acho que isso é sintomático**

**Artur Marques**  
Advogado de Manuel Godinho

**A actividade criminosa [de Paulo Penedos] prolongou-se muito no tempo**

**Raul Cordeiro**  
Juiz presidente do colectivo

**Indefere-se [o pedido para não se destruírem as escutas que envolveram José Sócrates]. Armando Vara pôde sempre lembrar-se do que conversou e aqui reproduzir o teor da conversa**

**Idem**

**[A questão da destruição das escutas] está longe de estar terminada, o assunto não é líquido**

**Ricardo Sá Fernandes**  
Advogado de Paulo Penedos que também requeria acesso às escutas com Sócrates

**De banqueiro accidental a ex-ministro condenado**

**Cristina Ferreira**

**H**á cinco anos, quando foi constituído arguido no caso *Face Oculta* e ainda era administrador no BCP, o conselho de supervisão do banco mantinha a confiança em Armando Vara. O administrador não se sentia culpado. Os investidores do BCP davam-lhe o benefício da dúvida. E perguntavam: “Quem se suja por 10 mil euros quando ganha 500 mil por ano?”

Transmontano, de Lagarelos, Vara subiu os degraus do poder ao lado de José Sócrates (deputado, secretário de Estado, ministro). É desde 1987 dirigente socialista, tinha apenas o liceu e trabalhava numa agência da Caixa Geral de Depósitos. Chega à presidência da distrital de Bragança, tomando o pulso ao aparelho partidário. Anos depois é chamado aos Governos de António Guterres.

Em 1998, como secretário de Estado, numa visita a Ourique, desentendeu-se com o presidente da câmara local de então. Acabou acusado de injúrias e difamação num processo que acabou amnistiado. Por conta ainda deste caso, mas numa acção cível, foi condenado a pagar uma indemnização de 450 contos ao autarca José Raul Santos (PSD). O julgamento ficou marcado pelo desfilhar de testemunhas a garantir que, em Trás-os-Montes, onde Vara cresceu, as palavras por este dirigidas a José Raul Santos não eram insultuosas.

Armando Vara é próximo de Sócrates, mas também de Jorge Coelho, Edite Estrela, Laurentino Dias. Notícias não negadas têm-no dado como estando ligado à maçonaria do Grande Oriente Lusitano.

No seu percurso destaca-se o aparecimento no buzina da Ponte 25 de Abril, contra o cavaquismo. Amigo de Joaquim Oliveira, da Olivédosportos, Vara também tentou, em vão, chegar à liderança do seu Benfica.

Em 2005 licenciou-se em Relações Internacionais na Universidade Independente, a mesma onde Sócrates se diplomou. O regresso à CGD para ocupar o lugar de director dá-se em 2001. A mudança de “sector” reduziu a exposição mediática, resguarda-

o do escrutínio público e oferece-lhe remunerações apetitosas.

Em 2005, o PS de José Sócrates ganha as legislativas. Vara tem 51 anos quando é nomeado administrador da CGD. Toma posse no meio de grande controvérsia: um *job* para um *boy*?

É certo que a alta finança é um espaço de encontro entre a política e os grandes interesses económicos, porque os negócios necessitam das autorizações governamentais. Uns dizem que faz parte do “polvo” socialista, outros pensam o contrário. Mas Vara vai procurar fazer esquecer a desconfiança que se gerou à sua volta, trabalhando.

É neste contexto que em 2008 chega à vice-presidência do BCP, por convite do socialista Santos Ferreira. A transição da CGD para o BCP deixa rasto, quando se apura terem sido dados créditos em larga escala a accionistas do BCP para que estes entrassem na disputa pelo controlo do banco. Em troca, a CGD recebeu acções cotadas. Com a crise, o banco assumiu menos-valias de centenas de milhões, o que levou o Estado a aumentar o capital. Mesmo as vozes hostis do sector reconheciam a Vara, no momento do escândalo rebentou, um gosto por resolver problemas.

Mas Armando Vara tem marcas que não são fáceis de apagar: ascendeu a banqueiro com o “rótulo” de emissário político e, em 2001, já como ministro da Juventude e Desporto, foi apanhado na polémica à volta da Fundação para a Prevenção e Segurança. Uma instituição privada que criou no final dos anos 90 com fundos estatais doados quando estava no Governo de António Guterres como secretário de Estado da Administração Interna.

Quando o caso é conhecido, o então Presidente da República Jorge Sampaio batalhou para que Vara deixasse o Governo. Vara demitiu-se. Em causa estavam irregularidades administrativas, e não criminais, e o processo foi arquivado. Vara volta a agora às páginas dos jornais. Aos olhos do grande público a desconfiança antiga materializou-se com uma condenação em tribunal. **com Álvaro Vieira**  
*Replicação (com alterações) de um texto publicado a 30/9/2009*